

#106

SEU
DINHEIRO

A SUA REVISTA DE FINANÇAS PESSOAIS

247

A HORA É A VEZ DO BOM PAGADOR

*Cadastro positivo deve reduzir
o custo do crédito no País*



**EMPREGO EM
ALTA**
SEGUNDO
SEMESTRE DEVE
AMPLIAR MERCADO
DE TRABALHO

**CUIDADO AO
COMPRAR NA WEB**
EMPRESAS DE
COMÉRCIO
ELETRÔNICO TÊM
DEIXADO A DESEJAR

**COMERCIANTES
RESSABIADOS**
ÍNDICE DE
CONFIANÇA É
O MAIS BAIXO
DESDE 2010

**ALUGUEL EM
CONTA**
ÍNDICE TEM
QUEDA
E AJUDA
LOCATÁRIOS

**A ERA DO
PLÁSTICO**
COMPRAS
COM CARTÕES
DISPARAM NO
PAÍS

OFERECIMENTO:
CAIXA
SEGUROS

A HORA É A VEZ DO BOM PAGADOR

*Cadastro positivo deve reduzir
o custo do crédito no País*



Kelly Oliveira
Repórter da Agência Brasil

O cadastro positivo, bancos de dados de bons pagadores, começa a ganhar força. Desde o início deste mês, as instituições financeiras, com a autorização dos clientes, começam a repassar as informações para os bancos de dados.

Para o economista da Serasa Experian Carlos Henrique de Almeida, os bancos serão os maiores provedores de dados do mercado. “Os bancos têm o maior volume de informações dos consumidores”, disse. A expectativa da Serasa é conseguir até o final do ano 7 milhões de pessoas com cadastro positivo.

Mesmo antes do início do repasse de informações por meio das instituições financeiras, os consumidores já podiam autorizar o seu cadastro. Desde o início do ano, a autorização pode ser feita nos próprios órgãos de proteção ao crédito e em lojas, por exemplo. Os estabelecimentos comerciais alimentam o cadastro positivo, com informações sobre os pagamentos de boletos e de operações de crediário.

O superintendente do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) Brasil, Nival Martins, disse que também é possível obter informações de clientes das empresas de energia elétrica e telefonia. “Mas os maiores fomentadores do crédito são os bancos”, disse. Segundo ele, as pessoas ainda estão se acostumando com a ideia de terem seus dados no cadastro positivo.

Mas, com a entrada dos bancos, segundo Martins, a expectativa é que 40 milhões de consumidores autorizem a inclusão no cadastro positivo em um ano e meio ou dois anos. Martins disse ainda que o setor jurídico do SPC estuda a possibilidade de os clientes poderem fazer essa autorização pela internet.

Para o chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central, Sérgio Odilon, o cadastro positivo vai ajudar os clientes a negociarem taxas de juros menores devido ao bom histórico de pagamentos. “Aumentam as condições de negociação para quem paga em dia”, disse.

Segundo Odilon, os bancos precisaram de prazo para se adaptarem tecnologicamente. O cadastro positivo foi criado por lei em junho de 2011 e o decreto de regulamentação foi publicado em outubro do ano passado. Mas, em dezembro do ano passado, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou as instituições financeiras a só começarem a operar o cadastro positivo em agosto deste ano.

40 milhões
de consumidores devem
autorizar a inclusão dos seus
dados no Cadastro Positivo

Já as empresas de consórcios ganharam um prazo ainda maior para se adaptarem. No último dia 25, o CMN adiou para 1º de junho do próximo ano a implementação do cadastro positivo pelo setor.

Segundo Odilon, o adiamento foi necessário porque os consórcios lidam com conceitos diferentes em relação a outros integrantes do sistema financeiro. “O consórcio é um grupo de pessoas que se reúne para poupar e não se rege pelos mesmos conceitos das demais operações de crédito. No consórcio, não faz sentido falar em adimplente e inadimplente, mas em consistente, contemplado e sorteado.”

CADASTRO POSITIVO PODE PREVENIR ENDIVIDAMENTO

Segundo a Febraban, bons clientes do sistema financeiro deixarão de pagar por maus pagadores

O cadastro positivo, banco de dados de bons pagadores, vai contribuir para a queda da inadimplência e para prevenir o superendividamento, no médio prazo. A avaliação é da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Desde o dia 1º, as instituições financeiras, com a autorização dos clientes, começam a repassar as informações para os bancos de dados.

Para a Febraban, com o cadastro positivo, haverá melhores condições de concessão de crédito, com prazos mais longos, mais agilidade na liberação do financiamento, parcelas mais adequadas ao perfil dos clientes. “Uma vez que permitirá avaliar não só o histórico de crédito como também os valores tomados pelo cliente no mercado”, diz em nota.

Segundo a Febraban, o cadastro positivo “tende a diminuir a chamada assimetria de informações”, ou seja, o tomador sabe mais sobre sua capacidade de pagamento do que

quem empresta. De acordo com a Febraban, essa assimetria dificulta a contratação de empréstimo, “fazendo com que os bons pagadores paguem pelo risco representado pelos maus pagadores”.

A Febraban diz ainda que “a experiência internacional mostra que são necessários de três a quatro anos para se observar os primeiros impactos do novo cadastro no crédito concedido”.

“A adesão ao novo cadastro é voluntária. Os clientes que não aderirem continuarão com o mesmo relacionamento com o sistema financeiro”, lembra a Febraban.

Para a federação, “ao possibilitar históricos de crédito a partir do crediário em lojas de varejo e de pagamentos de obrigações com serviços públicos como, por exemplo, contas de energia elétrica, o cadastro torna-se um importante fator de inclusão financeira facilitando o acesso a serviços e ao crédito bancário de pessoas que ainda não têm relacionamento com instituições bancárias, mas que tem bom histórico de crédito fora do sistema financeiro”.





MERCADO DE TRABALHO AQUECIDO

Emprego deve crescer no segundo semestre, apontam Fundação Seade e Dieese



Marli Moreira
Repórter da Agência Brasil

O coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Estadual de Análise de Dados (Seade), Alexandre Loloian, acredita que a oferta de vagas de emprego deve crescer no segundo semestre deste ano. Segundo ele, o mercado de trabalho, em geral, fica mais aquecido nos últimos seis meses do ano em comparação ao primeiro semestre.

“A tendência é que a ocupação cresça neste segundo semestre”, disse o economista, ao comentar os resultados da pesquisa, feita em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em sete regiões metropolitanas.

O economista destacou que a situação encontrada pela PED no mês de junho não foi tão ruim em compara-

R\$ 1,7 mil
foi o rendimento médio em São Paulo, segundo a pesquisa

ção aos dados divulgados, no último dia 24, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

A economista do Dieese, Ana Maria Belavenuto, também prevê reação do mercado nos próximos meses. Para ela, a política de desoneração fiscal para as empresas vai sustentar a oferta de vagas.

De acordo com a PED, a taxa de desemprego recuou em junho, passando de 11,2% em maio para 10,9% da População Economicamente Ativa (PEA) no conjunto das sete regiões metropolitanas avaliadas.

Entre os 39 municípios da região metropolitana de São Paulo, o índice alcançou 11,3% em junho, ante 11,4% em maio. Em junho do ano passado, a taxa ficou em 11,2% e, no mesmo mês de 2011, 11%. O menor indicador foi registrado em 1989, quando alcançou 9,7%.

O número de pessoas na região que buscavam um posto de trabalho, em junho, soma 1,225 milhão, 10 mil a menos em comparação a maio. Em junho, foram abertas 18 mil vagas. A maior alta (0,7%) foi constatada no setor de comércio e reparação de veículos automotores, que ampliou em 13 mil as contratações, seguido pela construção com crescimento de 0,3% (equivalente a 2 mil vagas); serviços com 0,2% (11 mil postos); e indústria de transformação com 0,2% (3 mil vagas). Na região, os rendimentos médios cresceram 1,5%, com valor de R\$ 1.743.

Empresas de comércio eletrônico têm deixado a desejar. Em Brasília, Procon-DF autua 49 empresas de comércio eletrônico

CUIDADO

AO COMPRAR NA WEB



Jorge Wamburg
Repórter da Agência Brasil

Multas que variam de R\$ 400 até R\$ 6 milhões poderão ser aplicadas pelo Procon-DF a 49 sites autuados durante a Blitz do Comércio Eletrônico, realizada entre os dias 2 e 17 de julho, para apurar irregularidades contra consumidores e garantir o direito de segurança e transparência nas compras pela internet. A relação foi publicada no dia 29 na página do Procon na internet.

Segundo o diretor do Procon, Todi Moreno, pela primeira vez no Brasil, foram fiscalizados 73 grandes sites de comércio eletrônico. Destes, 49 apresentaram algum tipo de inadequação, de acordo com o Decreto Presidencial nº 7.962, que estabelece regras para as compras na internet. Além de receber multas, os infratores poderão ter sua atividade suspensa, por causa de práticas como falta de informações claras sobre o direito de arrependimento, ausência de canal eficaz de atendimento eletrônico ao consumidor, falta do endereço e dos demais dados para contato e do CPF e CNPJ do fornecedor ou responsável. A blitz foi virtual, com os fiscais do Procon usando computadores para fiscalizar os sites de compras.

“A internet não é mais terra sem lei. É nosso dever garantir a segurança e a transparência em todas as relações de consumo”, disse Todi Moreno. Ele informou que uma das maiores reclamações dos consumidores é cobrança indevida de mercadorias vendidas, mas que não são entregues. Outro exemplo é o de uma companhia aérea que dá informações em língua estrangeira para esconder benefícios do consumidor.

De janeiro a julho, o Procon-DF registrou 569 atendimentos referentes a problemas de consumidores com sites de compras. A maioria queixava-se de cobrança indevida, descumprimento ou erro contratual, cancelamento de compra e produto não entregue. No ano passado, foram registrados 947 atendimentos e, em 2011, houve 1.037 demandas relacionadas a comércio eletrônico.

As penalidades previstas para quem violar o Código de Defesa do Consumidor compreendem multa, interdição do estabelecimento e cassação do alvará de funcionamento, dentre outras.

R\$ 6 milhões
é o valor das multas que podem ser aplicadas às empresas de comércio eletrônico

Todi Moreno disse que as empresas autuadas tiveram prazo de dez dias para apresentar defesa e já entregaram suas razões ao Procon, que agora vai avaliar a sanção a ser aplicada a cada uma, de acordo com os prejuízos causados aos consumidores. “Podemos até acionar outros órgãos, como a Polícia Federal e a Delegacia de Proteção ao Consumidor, para apreender produtos a fim de ressarcir os prejuízos”, informou.

Os sites autuados foram os seguintes: Avianca; Balaão da Informática; Bancorbrás; Bonprix; Brands-Club; Chinainbox; Click On; Compra Fácil; CTIS;

CVC; Decolar.com; Extra.com.br; Fast Shop; Fastinbox; Girafa.com.br; Guriveio.com; Hoteis.com; Hotelurbano.com; House Games Press; Start; HP; Ingresso Rápido; Kalunga.com; Kingmania; Livraria Cultura; Loja do Lar; Lojas Colombo; MegaTNT; MPXshop; Novomundo.com; Olhadela; Oqvestir; Peixe Urbano; Ponto Frio; Privalia; Ricardo Eletro; Safarishop.com.br; Selfshoppeletro; ShoppingOriente; Smiles; Tablet.com.br; Tam Viagens; Terravista; Ticketsforfun; Viajanet e Turismo; VoeAzul; Voyage-Privé; Westwing Home and Living e Yes Internet.



COMERCIANTES RESSABIADOS

*Queda de 3,4% em julho leva o Índice de
Confiança do Comércio ao nível mais
baixo desde março de 2010*



Vinícius Lisboa
Repórter da Agência Brasil

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) atingiu em julho o menor nível da série histórica iniciada em março de 2010, divulgou no dia 31 a Fundação Getúlio Vargas. A queda registrada alcançou 3,4%, taxa 0,4 ponto percentual menor que a de junho, que chegou a 3%.

De acordo com a FGV, os resultados sugerem desaceleração do setor no início do terceiro trimestre de 2013, com piora concentrada na avaliação do momento presente, enquanto as expectativas para o futuro variaram com menor força. Uma possível explicação para esse comportamento apontada pela fundação são os protestos realizados em diversas cidades do país.

Na comparação do trimestre encerrado em julho com o mesmo período do ano passado, a taxa que

3,4%
foi a queda do
indicador em
julho

avalia a situação atual recuou 4,6%, 0,7 ponto percentual a mais que junho, em que a retração tinha sido 3,9%. A diferença fica mais expressiva quando analisados os meses isoladamente. Em julho deste ano, em relação ao do ano passado, a taxa caiu 7,7%, enquanto em junho havia recuado 3,7% na mesma base de comparação.

A variação do Índice de Expectativas, que mede o otimismo ou o pessimismo dos comerciantes, aumentou de -2,5% para -2,6% do trimestre encerrado em junho para o trimestre encerrado em julho, ambos comparados aos mesmos períodos do ano passado. Nos dados mensais, houve melhora da situação, com a variação do índice evoluindo positivamente de -3,7% em junho para -1,6% em julho.



ALUGUEL MAIS EM CONTA

*Índice tem decréscimo e fecha
julho com alta acumulada de
5,18% em doze meses*



Marli Moreira
Repórter da Agência Brasil

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) apresentou, em julho, alta de 0,26%. Em junho, a alta foi 0,75% e, em julho de 2012, 1,34%. No acumulado dos sete primeiros meses deste ano, a taxa ficou em 2,01% e, em 12 meses, 5,18%. Esta última variação serve de base de cálculo para a renovação da maioria dos contratos de aluguel. Em junho, o índice acumulado alcançou 6,31%.

A apuração feita pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que entre os dias 21 de junho e 20 de julho ocorreram quedas de preços nos três componentes do IGP-M.

No Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que reflete as cotações no setor atacadista, houve alta média de 0,3%, abaixo da

6,31%
era o índice
de reajuste
em junho

variação registrada em junho, de 0,68%. Entre os motivos está o recuo de 0,58% no subcomponente bens finais, com destaque para os alimentos in natura que caíram 6,64% ante uma variação negativa, em junho, de 1,39%.

Algumas commodities - bens agrícolas e minerais com cotação no mercado internacional - também apresentaram reduções de preços ou diminuição na velocidade de alta, provocando impacto sobre o resultado geral do IGP-M. A soja em grão estava cotada com valores 4,92% mais altos do que em junho, período em que a taxa tinha subido mais, 11,38%. Já o minério de ferro teve queda de 4,32% diante de uma alta de 0,34% em junho e o milho em grão, recuo de 2,96% diante de uma diminuição de 1,39% em junho.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) caiu em 0,07% ante um aumento de 0,39% no mês anterior, resultado puxado, principalmente, pelos alimentos com variação negativa de 0,48% ante uma alta de 0,23%. Entre os itens, ocorreram recuos de preços do tomate (de -6,15% para -29,96%); mamão papaia (de 20,75% para -26,81%) e cenoura (de -18,86% para -17,41%).

No terceiro componente do IGP-M, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) teve elevação de 0,73%, taxa menor que na apuração passada quando havia subido 1,96%. A principal contribuição para esse decréscimo foi constatada em mão de obra, com alta de 1,05% ante 3,24%.

A ERA DO PLÁSTICO

Compras com cartões de débito e crédito crescem 17% no primeiro trimestre



Daniel Mello
Repórter da Agência Brasil

As compras com cartões de crédito e débito cresceram 16,9% no primeiro trimestre deste ano em comparação com 2012. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), foram movimentados nos três primeiros meses do ano R\$ 189,43 bilhões com esse tipo de transações.

A associação atribui o crescimento à mudança de comportamento do consumidor. “O crescimento está associado à contínua substituição de meios de pagamento por parte dos consumidores e o acesso de novos nichos de comércio e serviço ao sistema de cartões”, ressaltou a entidade.

Em uso de cartão de crédito, o faturamento no primeiro trimestre foi R\$ 123,6 bilhões, volume 14,8% maior do que no mesmo período de 2012.

R\$ 189,4 bilhões
foi o valor movimentado nesse tipo de transação

Foi 1,05 bilhão de transações desse tipo, um aumento de 12,6% em relação aos primeiros três meses do ano passado.

O cartão de débito foi usado em um número maior de transações (1,09 bilhão), mas em compras de menor valor. O total movimentado com esse uso foi R\$ 65,8 bilhões, um aumento de 21,2% em comparação com o primeiro trimestre de 2012. “O uso de cartão de débito, além de crescer mais que o de cartão de crédito, se caracteriza por ter maior participação em compras de menor valor, substituindo diretamente o uso de dinheiro de papel nas transações do dia a dia”, explicou a Abecs, em nota.

